

Mas credores estão otimistas

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — No momento em que o PMDB e outras forças políticas situacionistas articulam seus esforços no sentido de dar respaldo político ao governo do presidente José Sarney para um endurecimento com os credores internacionais, certos responsáveis por bancos comerciais franceses e funcionários do Tesouro manifestaram-se ontem mais otimistas em relação a um provável acordo entre o Brasil e seus parceiros do Clube de Paris, quando da viagem do ministro Dílson Funaro à capital francesa, prevista para o próximo dia 15. Esse encontro poderá constituir a chave para a superação do impasse atual que está impedindo o rescalonamento da dívida pública, desbloqueando também as negociações com os bancos comerciais.

Essa mudança de atitude dos credores do Clube de Paris, agora aparentemente menos exigentes, segundo uma alta fonte bancária francesa, não se deve ao endurecimento global do PMDB, mas, sim, às recentes medidas de ajuste econômico interno determinadas pelas autoridades do governo brasileiro, na linha do que preconiza o próprio Fundo Monetário Internacional, mesmo sendo consideradas ainda insuficientes.

Tudo indica, segundo essas mesmas áreas, que se caminha para um compromisso não só entre o governo brasileiro e o Clube de Paris, mas

com o próprio FMI. A reunião do dia 15 de dezembro na capital francesa será ainda exploratória, quando ambas as partes vão fixar os limites de concessões que poderão ser feitas de lado a lado. Isso feito, o FMI deverá dar o sinal verde para a conclusão de um acordo final com o Clube de Paris, desbloqueando também as negociações com os bancos comerciais. Isto facilitará a obtenção de créditos fundamentais para o setor energético, negociados pelo ministro João Sayad, do Planejamento, quando de suas viagens ao Japão e à França, mas na dependência desse acordo com o Clube de Paris.

Para certos representantes de áreas financeiras francesas, se o governo brasileiro está politicamente forte no plano interno em razão da vitória obtida pelo PMDB nas eleições, não há dúvida também que se encontra numa posição econômica e financeira mais frágil. Os números relativos à queda do seu superávit comercial nos últimos meses e da queda do nível de suas reservas cambiais são significativos. O Brasil deveria ter partido mais cedo para uma negociação, mas foi impedido pela campanha eleitoral. Durante esse período não havia condições políticas para adoção das medidas impopulares que acabaram se tornando realidade logo após o pleito.

Para áreas financeiras européias, o objetivo é estudar a forma mais branda de o País atender às exigências do FMI. Por aqui, acredita-se

que o acordo poderá ser encontrado através do artigo 4 do regulamento do Fundo, documento de que o Brasil é signatário, buscando-se a aplicação desse dispositivo de forma mais rígida, isto é, o Brasil terá que admitir que o FMI distribua informes e opiniões sobre a evolução de sua economia aos bancos comerciais. Para essas áreas, essa seria apenas uma forma disfarçada de se admitir um certo monitoramento da economia.

Esses mesmos setores não acreditam, ou preferem não acreditar, que altos responsáveis do PMDB estejam mesmo dispostos a pressionar o governo para a decretação de uma moratória, determinando a suspensão do pagamento do serviço da dívida. Acredita-se que isso possa ter origem em setores específicos do partido, que já estão sentindo que finalmente se caminha para um acordo entre o País e a comunidade financeira internacional.

Não se pode esquecer o trabalho preliminar efetuado pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, em duas viagens seguidas efetuadas à Europa, principalmente à Alemanha Federal e França, quando avistou-se longamente com os ministros de Finanças da Alemanha e o da Economia da França, mas também com Michel Candessus, atual presidente do Banco da França, ex-presidente do Clube de Paris e o mais provável sucessor de Jacques de Larosière na direção geral do FMI.